

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Aculturação no Brasil: conhecimentos colonizados.

Anna Júlia Giurizatto Medeiros.

Cita:

Anna Júlia Giurizatto Medeiros (2009). *Aculturação no Brasil: conhecimentos colonizados*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1200>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Aculturação no Brasil: conhecimentos colonizados

Anna Júlia Giurizatto Medeiros
Universidade Federal de Alagoas
annajuliagm@yahoo.com.br

Com todos os avanços nas pesquisas e estudos ligados às áreas sociais, ainda hoje predominam modelos de desenvolvimento que partem de uma perspectiva linear da história e da evolução do ser humano e da sociedade. Esses modelos, além de se apresentarem como reducionistas, impedindo uma visão mais ampliada da realidade e particularidades sociais, configuram-se como mecanismos de controle e manipulação. Neste sentido, este trabalho pretende contribuir para a discussão dos efeitos provocados por esses conhecimentos e situá-los no contexto histórico do Brasil, desde sua colonização até os dias atuais.

O modo de colonização brasileiro pode ser percebido como um modelo concentrador de renda e poder, voltado para o enriquecimento da metrópole. A renda obtida pelos proprietários de engenho e plantações de cana voltava para Europa através da compra de artigos de luxo. O Brasil servia de objeto de exploração para os interesses de mercado controlado pela metrópole, o que inviabilizou a expansão e desenvolvimento local¹ (Furtado, 2003).

¹ Como o lucro não circulava pelo mercado nacional, nem mesmo em forma de compra de mercadorias, o mercado europeu se beneficiava diretamente destas atividades. Desta forma, a economia dependia exclusivamente da procura externa (Furtado, 2003).

A mão de obra escrava foi a alternativa imposta pela divisão de terras e o tipo de economia proposto. A imposição do trabalho escravo ao negro africano se fez desenraizando-o da sua terra e da sua cultura. Souza Martins (2002), demonstra o estranhamento vivido pelo negro neste processo de desenraizamento cultural para a sua inclusão perversa na cultura colonial. A humanidade do negro foi negada não apenas pela imposição do trabalho escravo, mas pela negação de suas danças, suas músicas, suas crenças, suas identidades.

Os índios, embora através de um procedimento diferenciado, também tiveram suas culturas negadas. A igreja auxiliou na manutenção do controle social - através da catequese e da imposição dos costumes europeus - possibilitando a ocupação territorial portuguesa. Para tanto, utilizou os costumes dos índios, sua língua, seus deuses², e os reverteu para a Eucaristia, santificando-os.

A aculturação católico-tupi foi pontuada de soluções estranhas quando não violentas. O círculo sagrado dos indígenas perde a unidade fortemente articulada que mantinha no estado tribal e reparte-se sob a ação da catequese, em zonas opostas e inconciliáveis (Bosi, 1992, p.66).

Neste processo da aculturação, o colono incorporou o que para ele é interessante na cultura negra e indígena, na medida em que impôs sua cultura como algo superior. Esta incorporação da cultura negra e indígena, juntamente com a resistência destes em abandonar seus costumes, possibilitou o sincretismo cultural presente no Brasil; que, longe de ser uma união democrática, demonstra as relações contra-hegemônicas presentes neste processo de aculturação.

A opressão dos povos colonizados foi naturalizada através do eurocêntrismo. Concepção esta que vê os povos colonizados como primitivos, bárbaros e irracionais, sendo a Europa a referência de normalidade e superioridade cultural³. Partindo desta ótica e dos ideais modernos de integração da humanidade como forma de combater os conflitos entre os povos, a Europa – sendo o centro geográfico e cronológico da humanidade – possuía legitimidade para corrigir os povos colonizados através do seu modelo civilizador. Este modelo negava a simultaneidade e particularidade das experiências e desenvolvimento e se configurou como aniquilação cultural e

² O cristianismo via como diabólicos os deuses indígenas, e buscando exorcizá-los, incorporou-os com o cristianismo como mecanismo eficiente de catequização.

³ A maioria dos estudiosos do século XVII e XVIII definia a Europa como o último estágio do progresso humano em que a civilização, o Estado de direito, a arte e a ciência chegaram ao auge do desenvolvimento, e deveria ser alcançado pelas outras nações do planeta.

física dos povos colonizados. Neste sentido, a política de elevar o nível cultural do colonizado foi uma estratégia para manter o poder disciplinador europeu e legitimar a exploração colonial (Castro-Gómez, 2000).

Essa missão civilizadora européia partia da necessidade de ampliação dos seus horizontes para as colônias, o que permitiu o caráter verdadeiramente global do capitalismo. O processo de colonização estabeleceu relações desiguais que propiciaram o desenvolvimento do capitalismo, pois a acumulação primitiva colonial foi um elemento indispensável para a sua dinâmica. (Mignolo, 2000; Coronil, 2000).

“El ‘trabajo asalariado libre’ em Europa constituye no la condición esencial del capitalismo, sino su modalidad productiva dominante, modalidad históricamente condicionada por el trabajo ‘no libre’ en sus colônias”
(Coronil, 2000, p.93).

A organização da sociedade brasileira, mesmo após a independência do país, permaneceu ligada aos interesses europeus. O imaginário construído no mundo moderno /colonial foi universalizado através dos ideais civilizatórios e manteve-se como estratégia de dominação imperial. O darwinismo social impregnou o pensamento brasileiro, explicando que o desenvolvimento das sociedades era resultado da seleção natural e social e os mais aptos sobreviveriam à competição entre as raças. Assim, o Brasil estava condenado a decadência pela mestiçagem⁴ presente em sua formação.

A diversidade humana, anatômica e cultural, era produzida pela desigualdade das raças; e a partir deste dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios ‘selvagens’ se revezando na base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias (Seyferih, 1996, p.43).

No século XIX, o Brasil empenhou-se em sua consolidação como nação neste mundo dito civilizado, e para tanto, iniciou um processo seletivo de miscigenação com a raça branca que

⁴ Os negros e os índios, pela inferioridade racial, ficavam impossibilitados de atingir a civilização e estavam condenados ao desaparecimento (Seyferih, 1996).

possibilitasse erguer o país ao nível da intelectualidade universal⁵. Assim, a solução encontrada para a inferioridade racial brasileira foi a abolição da escravidão⁶ e a imigração europeia como medidas necessárias para introduzir no país a agricultura moderna e o sucesso econômico. Desta forma, a condenação ao escravismo estava ligada à desqualificação dos negros e dos mestiços ao trabalho livre, sem haver qualquer preocupação com o destino destes diante da substituição dos seus trabalhos pelo do imigrante europeu.

Todo este processo de modernização do país se deu partindo das necessidades européias de ampliação de mercado, de forma que os países colonizados precisavam se integrar ao sistema de consumo como via para atingir o patamar europeu⁷. Este modelo europeu gerou incompatibilidade com os modos de vida, com a estruturação econômica e de poder das regiões tradicionais do país. Assim, a expansão da racionalidade europeia não foi bem aceita por vários movimentos que se colocaram contrários à modernização e ao estabelecimento de relações capitalistas. Estes movimentos foram vistos como primitivos e “subproduto de ‘raças’ a serem ‘corrigidas’ no futuro através do ‘branqueamento’” (Soares do Bem, 2008, p.77).

A formação do Brasil, estando subordinada aos padrões eurocêtricos, caracterizou-se pela subjetividade forjada pela diferença colonial e subalterna ao “outro mundo”. A racionalidade presente nas culturas não européias foi abafada pelos ideais de universalidade iluministas. A liberdade, a individualidade e a racionalidade do mundo moderno são vistos como atributos europeus e, desta forma, mecanismos de controle e subjugação do outro⁸. Os colonizados devem “abandonar completamente sus costumbres y deshacer enteramente sus comunidades para conseguir integrarse al único mundo constitucionalmente concebible del derecho” (Lander, 2000, p.18).

Bosi (1992), demonstra que, para sobreviver, o colonizado precisou utilizar das engrenagens dominantes que o conduziu “às cegas pelos caminhos da exploração do sistema” (p.51). Para Fanon (2002), a dominação colonial simplifica e desloca a existência cultural dos povos subjugados, tornando suas atitudes substancializadas e sendo necessário que estes adquiriram a cultura do ocupante.

⁵ A mistura dos imigrantes brancos com os mestiços brasileiros possibilitaria a regeneração da raça e a produção dum povo homogêneo, corrigindo os componentes étnicos que fundaram o Brasil pela depuração do sangue negro (Ramos, 1996).

⁶ Seyferih (1996), mostra que há uma variação na forma como a escravidão é abordada pela elite da época favorável a colonização, mas há o consenso quanto à necessidade da imigração e do trabalho livre.

⁷ Essa doutrina do evolucionismo social possibilitou a consolidação do capitalismo.

⁸ Contudo, mesmo diante da dificuldade em ir contra estes ideais homogêneos, estes abrem a possibilidade de questionamento de seus próprios valores.

Todos os esforços aos feitos para levar o colonizado a confessar a inferioridade da sua cultura, transformada em condutas instintivas, a reconhecer a irrealidade da sua nação, e finalmente o caráter inorganizado e não acabado da sua própria estrutura biológica (Fanon, 2002, p.271).

A colonização das subjetividades funciona como um mecanismo de controle que dificulta a superação da condição de subalternidade dos países colonizados, mesmo com o fim da colonização. O imaginário colonial persiste entre as culturas que foram dominadas, embora resignificado e reconfigurado pelas experiências pós-coloniais. Assim, a ordem imperial aparece sob outras conformações.

O poder imperial se firma, na pós-colonialidade, pela capacidade de ocultar sua presença⁹, convertendo a relação geográfica em relação social. Com a intensificação da expansão capitalista, do comércio transcontinental e do intercâmbio cultural, o mercado aparece como mediador dos interesses da Europa ou do Ocidente. Neste sentido, os ideais de progresso e racionalidade são personificados na estrutura do mercado e as hierarquias sociais são reinscritas.

O discurso de igualdade e integração planetária persiste, ocultando as conexões históricas que originaram as desigualdades e a violência colonial e pós-colonial. A globalização aparece como forma de fomentar a união e a diversidade cultural entre as nações e a atuação do mercado auto-regulado se apresenta como estrutura de possibilidades para os países periféricos. Mas em um contexto desigual, como no Brasil, a atuação do mercado auto-regulado – em que o estado-nação se configura pela abertura ao fluxo de capital em detrimento ao social - não permite o dinamismo e a modernização¹⁰ pois, nesta realidade, com enormes problemas sociais e limites historicamente condicionados, a inserção competitiva internacional do país fica inviável sem uma política de desenvolvimento social. Desta forma, este sistema referencial único aos diversos contextos, ao invés de engendrar igualação aos níveis de desenvolvimento (como difundido), cria estruturas heterogêneas e aniquila a possibilidade de lidar com tais diversidades (Brandão, 2007).

⁹ Entretanto, esta desterritorialização pode ser questionada, na medida em que “as manifestações dos processos de produção, de consumo, de distribuição, de troca (circulação) são marcadamente diferenciadas espacialmente” (Brandão, 2007, p.54).

¹⁰ Exceto, talvez, nas regiões privilegiadas do país e já integradas aos fluxos econômicos internacionais, o que por sua vez, aumenta os problemas de integração nacional.

Castro Gómez (2000), caracteriza esta “governabilidade sem governo” como uma estratégia eficiente de poder libidinal pós moderno. Para o autor, este poder estimula e produz a diferença, mas uma diferença que se encontra em oferta no mercado e que exclui. Assim, as configurações locais, regionais ou nacionais acabam sendo subsumidas pela globalização¹¹ e, em geral, se referem ao parâmetro representado pelo nacionalismo, pela sociedade nacional ou pelo estado-nação. Neste contexto, para o ser humano se reconhecer, precisa forjar referências culturais globais que se caracterizam como mecanismos de dominação imperial (Ortiz, 2000).

Assim, a dominação ocidental se perpetua através das representações simbólicas¹². O mercado aparece como princípio organizador da vida econômica e o Estado nacional perde a capacidade de organizar a vida material e social das pessoas (Castro-Gómez, 2000). Para Coronil (2000), na globalização o “modo de integración es fragmentario em vez de total. Construye similitudes sobre la base asimetrías. En resumen, unifica dividiendo” (p.89).

Desta forma, os países subalternos, como o Brasil, enfrentam o desafio de diagnosticar as relações, os processos e as estruturas que configuram e movimentam o globalismo¹³ e se inserirem nesta nova ordem mundial de maneira que possam conquistar desenvolvimento econômico e social (Dupas, 1999). Neste desafio também se encontra a necessidade de descolonizar as subjetividades para que os países não se insiram nesta ordem de forma acrítica, mas como forma de possibilitar que outras configurações possam emergir. Segundo Ianni (1999), no âmbito do globalismo pode florescer a perspectiva múltipla, a pluralidade de vozes, a polifonia do transculturalismo” (p.24).

Para tanto, é preciso descolonizar os conhecimentos que permanecem na pós-colonialidade como instrumento de colonização das subjetividades que mantém a dominação imperial. Coronil (2000), demonstra que a ausência de pesquisas ligadas ao imperialismo e a América Latina e Caribe como fonte de conhecimento do colonialismo demonstra o silêncio e a permanência de políticas de conhecimento majoritariamente ocidentais.

O discurso hegemônico que naturaliza o modelo civilizatório neoliberal coloca o debate como especificidade da teoria econômica, quando na realidade deve ser confrontado pelos saberes

¹¹ Estas singularidades acabam sendo modificadas pelo globalismo e recriadas a partir de sua influência

¹² Bourdieu, em *O poder simbólico* (2007), esclarece que as produções simbólicas podem legitimar a ordem estabelecida, apresentando-se como interesses universais e mantendo sua força neste processo que ignora sua arbitrariedade.

¹³ Alguns autores utilizam o termo globalismo se referindo a ideologia do domínio do mercado.

das ciências sociais. As ciências sociais se desenvolveram num contexto histórico-cultural impregnado pelos ideais coloniais e eurocêtricos e foram coadjuvantes no processo de naturalização da opressão (Lander, 2000).

Impregnadas desde sus orígenes por un imaginário eurocéntrico, las ciencias sociales proyectaron la idea de una Europa *ascéptica y autogerada*, formada históricamente sin contacto alguno com otras culturas [...] desde este punto de vista, la experiencia del colonialismo resultaría completamente irrelevante para entender el fenómeno de la modernidad y el surgimiento de las ciencias sociales (Castro-Gómez, 2000, p.152)

Lander (2000) denuncia o predomínio nas ciências sociais da busca por um conhecimento certo, objetivo e embasado empiricamente, que funciona como naturalização e legitimação da ordem social estabelecida. Soares do Bem (2008), evidencia que é preciso “desocultar das entranhas das ciências sociais eurocêtricas os embriões de irracionalidade e de obscuridade que as cegaram em sua busca por objetividade” (p.70)

Para descolonizar as ciências sociais, Segrera (2000) propõe construir um conhecimento sobre a América latina e o Caribe partindo da própria região, através da construção de uma agenda que estabeleça as prioridades a serem investigadas pelas ciências sociais. Castro-Gómez (2000), enfatiza o desafio das ciências sociais em construir um conhecimento partindo da totalidade sem cair em essencialismos e/ou universalismos e esclarece que “no se trata, pues, de comprar nuevos odres y desechar los viejos. Ni de echar el vino nuevo em odres viejos; se trata, más bien, de reconstruir los viejos odres para puedan contener al nuevo vino” (p.158).

Souza Santos (2005), ao discorrer sobre a crise da sociologia em geral, a identifica com a crise da teoria crítica moderna. A teoria crítica moderna procura desenvolver a emancipação dentro do paradigma dominante, o que transforma esta estratégia emancipatória em estratégia regulatória. Para o autor, é através do reconhecimento da realidade multicultural que é possível haver o conhecimento emancipação. Este conhecimento só se desenvolve pelo reconhecimento do outro enquanto produtor de conhecimento. Mas o multiculturalismo está silenciado pelos discursos hegemônicos e só pode ser reconhecido através de uma sociologia das ausências que proceda pela comparação entre estes discursos disponíveis e os contra hegemônicos, fazendo uma análise das hierarquias entre eles e do vazio que tais hierarquias produzem.

Neste sentido, é necessário que os países periféricos, como o Brasil, reconheçam a condição de subalternidade – das subjetividades, da produção de conhecimento - a que foram historicamente condicionados e busquem superar a normatividade dos conhecimentos que mantém a ordem mundial. E, desta forma, construir modelos e práticas resistentes à homogeneização global, que levem em conta as dimensões políticas, a soberania nacional e a pulsação das comunidades – e que, acima de tudo, articulem o universalismo às inúmeras demandas particularistas da população. Está dado o desafio: quebrar as barreiras que impedem de enxergar as multifacetadas formas de dominação, sem que isso venha a repercutir numa nova negação das alteridades travestida de emancipação.

Referências bibliográficas

- o Bosi, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- o Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007
- o Castro-Gómez, Ciencias sociales, violencia epitémica y el problema de la “invención del otro”. In: Lander, Edgardo (Org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- o Brandão, Carlos Antônio. *Teritório e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.
- o Coronil, Fernando. *Natureza del poscolonialismo: del eurocentrismo AL globocentrismo*. In: Lander, Edgardo (Org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- o Dupas, Gilberto. *Globalização e países emergentes*. In: Oliveira, Flávia Arlanch Martins de. (Org.) *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.
- o Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- o Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 2003.
- o Ianni, Octávio. *A era do globalismo*. In: Oliveira, Flávia Arlanch Martins de. (Org.) *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.
- o Lander, Edgardo. *Cencias Sociales: saberes coloniales y eurocêtricos*. In: Lander, Edgardo (Org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- o Martins, José de Souza. *A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- o Mignolo, Walter D. *La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad*. In: Lander, Edgardo (Org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- o Ortiz, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- o Segrera, Francisco López. *Abrir, impensar, y redimensionar las ciencias sociales em América Latina y el Caribe. Es posible una ciencia social no eurocêntrica em nuestra región?* In: Lander, Edgardo (Org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- o Seyferih, Giralda. *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. In: Maio, Marcos Chr; Santos, Ricardo Ventura (Org.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- o Soares do Bem, Arim. *Dominação da subjetividade e repressão à religiosidade africana: uma práxis transatlântica secular*. In: Cavalcanti, Bruno César; Fernandes, Suassuna; Barros, Raquel Rocha de Almeida (Org.) *Kulé-kulé: religiões afro-brasileiras*. Maceió: Edufal, 2008.
- o Souza Santos, Boaventura. *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2005
- o Ramos, Jair de Souza. *Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20*. In: Maio, Marcos Chr; Santos, Ricardo Ventura (Org.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- o Prado Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.